



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

CURSO : DIREITO ADMINISTRATIVO II (DES0312)
PERÍODO DIURNO

PROFESSOR DOUTOR MARCOS AUGUSTO PEREZ

OBJETIVO DO CURSO

Analisar institutos próprios do direito administrativo, a partir das bases teóricas desenvolvidas em Direito Administrativo I. A análise será feita levando em conta as novas tendências do direito administrativo, entrando na análise de institutos novos que vêm sendo introduzidos no ordenamento jurídico brasileiro. Objetiva-se realçar o papel da Administração Pública nas relações internas, com seus servidores, e nas relações com terceiros, realçando o contraste entre as prerrogativas de autoridade e as restrições impostas para proteger os direitos dos cidadãos.

AVALIAÇÃO

A avaliação do aluno será o resultado da média das notas atribuídas às provas de igual peso, e a avaliação das atividades práticas. A primeira prova será realizada no dia **25 de setembro**. Esta prova será formada por questões objetivas tendo como referência o conteúdo disciplinar até então ministrado. A segunda prova será realizada no final do semestre, durante o período regular de exames. Nesta prova serão feitas questões práticas e teóricas englobando toda a matéria dada no semestre. Ao longo dos seminários, serão avaliadas a preparação e a participação dos alunos, aos quais será atribuído até 1 (um) ponto na nota da última prova, ajudando a compor a nota final do curso.

PROGRAMA TEMÁTICO

O programa temático será desenvolvido ao longo das aulas teóricas. Não haverá uma correspondência estrita entre cada aula com um tema, sendo natural que dois temas sejam desenvolvidos em uma mesma aula, enquanto que eventualmente um tema demande mais de uma aula para ser esgotado. Os temas a serem tratados serão os seguintes: 1. Restrições do Estado sobre a propriedade privada: 1.1. Fundamentos: supremacia do interesse público e função social da propriedade; 1.2. Limitação administrativa; 1.3. Ocupação temporária; 1.4. Requisição administrativa; 1.5. Tombamento; 1.6. Servidão administrativa; 1.7. Edificação ou parcelamento compulsório; 1.8. Desapropriação. 2. Terceiro setor: 2.1. Conceito; 2.2. Características; 2.3. Regime jurídico; 2.4. Controle; 2.5. Serviços Sociais Autônomos; 2.6. Organizações Sociais; 2.7. Organizações das Sociedades Civil de Interesse Público; 2.8. Fundações de Apoio. 3. Agentes públicos: 3.1. Conceito e modalidades; 3.2. Agentes políticos; 3.3. Particulares em colaboração com a Administração; 3.4. Responsabilidade. 4. Servidores Públicos: 4.1. Conceito; 4.2. Categorias: estatutário, trabalhista e temporário; 4.3. Regime constitucional; 4.4. Direitos e deveres; 4.5. Regime previdenciário; 4.6. Provimento e vacância; 4.7. Responsabilidade civil, penal e administrativa. 5. Improbidade administrativa. 6. Processo administrativo: 6.1. Processo e procedimento; 6.2. Modalidades; 6.3. Princípios; 6.4. Meios de apuração da responsabilidade: verdade sabida, sindicância e processo

disciplinar.7. Responsabilidade civil do Estado: 7.1. Teorias; 7.2. Evolução no direito brasileiro; 7.3. Causas excludentes e atenuantes; 7.4. Responsabilidade por atos judiciais; 7.5. Responsabilidade por atos legislativos; 7.6. Reparação do dano.8. Bens públicos: 8.1. Conceito; 8.2. Classificação; 8.3. Regime jurídico; 8.4. Alienação e aquisição; 8.5. Utilização por particulares: uso privativo e uso comum; 8.6. Bens públicos em espécie.9. Controle da administração Pública: 9.1. Conceito; 9.2. Modalidades; 9.3. Controle administrativo: conceito, recursos administrativos e outros instrumentos de controle, coisa julgada administrativa e prescrição administrativa; 9.4. Controle legislativo: político e financeiro; 9.5. Controle judicial: Sistemas de jurisdição, Privilégios da Administração Pública em juízo, Meios de controle: hábeas corpus, hábeas data, mandato de injunção, mandado de segurança ação popular, ação civil pública.

PROGRAMA DE SEMINÁRIOS

Os seminários poderão ou não requerer a apresentação direta pelos alunos. Porém, todos serão instados a participar dos estudos dirigidos. À preparação e participação do aluno nas aulas de seminário será atribuída uma nota, de até 1 (um) ponto na segunda prova, que ajudará a compor a nota final. Antecipadamente às aulas serão indicados os textos que orientarão os estudos dirigidos e a discussão.

Propomos desenvolver nos seminários o manejo mais concreto dos pontos estudados, por meio da análise de casos concretos.

Os alunos deverão ler, antes de cada seminário, textos doutrinários, textos legais, jurisprudência e extratos de atos e processos administrativos que são pertinentes ao tema e que serão distribuídos aos alunos precedentemente à realização dos seminários.

NORMA DE RECUPERAÇÃO:

Para alunos que obtiveram média final compreendida entre 3,0 e 4,9 e frequência mínima de 70% será exigida prova escrita cuja média para aprovação deverá ser igual ou superior a 5,0.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAÚJO, Edmir Netto. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2006. BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2006. BANDEIRA DE MELLO, Oswaldo Aranha. Princípios Gerais do Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2007. CRETELLA JÚNIOR, José. Tratado de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 10 volumes, 1966/1970. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Editora Atlas, 2007. _____. Parcerias na Administração Pública. São Paulo: Editora Atlas, 2006. _____. Discricionariedade administrativa na Constituição de 1988. São Paulo: Editora Atlas, 2001. FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros Editores, 2006. GASPARINI, Diógenes. Curso de direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2004. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2005. LIMA, Rui Cirne. Princípios de Direito Administrativo. Editora Sulina, 1964. MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. _____. Controle da Administração Pública, Editora Revista dos Tribunais, 1993. _____. O direito administrativo em evolução. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2006. MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 2001.